

## Palestra com o ministro Dalazen



Foram abertas oficialmente, na manhã de 18 de março, as atividades da Escola de Administração Judiciária do TRT do Paraná, com palestra do ministro João Oreste Dalazen, do Tribunal Superior do Trabalho. *p. 5*

## Nova diretoria da Amatra-IX empossada

No dia 24 de março foi realizada a solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região (Paraná), biênio 2006/2008. Na presidência da entidade, até então ocupada pela juíza Morgana de Almeida Richa, assumiu o magistrado José Mário Kohler. *p. 8*

## Sistema alternativo para solução de conflitos trabalhistas

Uma via rápida e eficaz para as conciliações na Justiça do Trabalho, é o que procura repetir o juiz Carlos Henrique de Oliveira Mendonça, titular da Vara do Trabalho de Irati. O modelo foi implantado em março de 1999 na Vara do Trabalho de Marechal Cândido Rondon. *p. 10*

## Perfil

### Vida sem a arte... quase impossível



O servidor Silas Farias Dias iniciou-se no trompete na infância. Seu estilo musical é o gospel. Integrando o quadro funcional da Justiça do Trabalho paranaense desde agosto de 2005, está lotado na recém-instalada Vara do Trabalho de Nova Esperança. *p. 12*

## Instaladas em março as Varas de Cambé e Santo Antônio da Platina



Na foto acima, solenidade de instalação da VT de Cambé. Ao lado, fachada da Vara de Santo Antônio da Platina



A presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, instalou nos dias 10 e 31 de março, respectivamente, as Varas do Trabalho de Cambé e Santo Antônio da Platina. As unidades judiciárias foram criadas pela Lei 10.770/2003. Com a instalação das varas, o TRT do Paraná passou a contar com 77 unidades judiciárias de primeiro grau. Com as novas unidades, a Justiça do Trabalho aproxima-se mais do jurisdicionado daquelas regiões. A movimentação processual nas Varas de Londrina, Jacarezinho e Cornélio Procópio passará a ser ainda mais célere, em razão dos processos que foram transferidos às duas novas unidades. *p. 6 e 7*

## ENTREVISTA

### Juiz Ney José de Freitas

Diretor da Escola de Administração Judiciária

"A Escola de Administração Judiciária contribuirá, efetivamente, para a difusão do conhecimento e a criação de um rico debate de idéias que nos levarão a encontrar caminhos para a construção de uma Justiça Trabalhista mais democrática, célere e condizente com os anseios da sociedade moderna". *p. 3*



## Pastilhas

### Reunião do Colepccor em março

Foi realizada, em 15 de março, no Tribunal Superior do Trabalho, a segunda reunião de 2006 do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho. Na ocasião foram tratados assuntos de interesse dos TRTs. A juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, presidente do TRT do Paraná, participou do encontro.

### Critérios de promoção de juizes

O Tribunal Pleno do TRT-PR definiu, em 27 de março, os parâmetros que serão adotados para efeito de promoção, pelo critério de merecimento, de juizes substitutos ao cargo de titular de Vara do Trabalho e acesso desses para o Tribunal. A decisão, que resultou na Resolução Administrativa 22/06, ratifica o texto final proposto pela Comissão de Regimento Interno do órgão e aplica a nova redação do artigo 115 da Constituição Federal e recente resolução do Conselho Nacional de Justiça.

### TRT-PR inicia processo para concurso a juiz

O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Paraná) aprovou a composição das comissões destinadas à realização do XX Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo inicial da carreira de juiz do Trabalho (substituto). Na comissão organizadora estão as juízas Wanda Santi Cardoso da Silva (presidente do Tribunal) e Rosemarie Diedrichs Pimpão, e o advogado Geraldo Roberto Corrêa Vaz da Silva (representando a OAB). São suplentes os juizes do TRT Rosalie Michaele Bacila Batista (vice-presidente) e Luiz Celso Napp, e o advogado Roberto Barranco. A comissão também desempenhará funções como examinadora da avaliação de títulos.

### Curso em parceria entre TRT, TRF e TRE

Foi realizado, em 8 e 9 de março, o primeiro curso de parceria entre o TRT da 9ª Região, a Justiça Federal do Paraná e o TRE. O tema da palestra foi "Gestão de Contratos Administrativos" com o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, na sede da Justiça Federal, em Curitiba. O convênio para a realização



desse curso foi firmado em 25 de outubro de 2005, entre os três órgãos. Está previsto no contrato a realização de atividades de capacitação, treinamento e reciclagem de servidores das três instituições com o objetivo de intercâmbio de experiência. O convênio possibilita, ainda, a melhoria da prestação jurisdicional, através da troca de informações entre as três instituições.

### Aposentadoria do juiz Nacif Alcure Neto

A sessão de 27 de março do Órgão Especial deferiu, por unanimidade, a aposentadoria do juiz Nacif Alcure Neto, com registro de agradecimento pela dedicação e pelos relevantes serviços prestados à 9ª Região da Justiça do Trabalho. O magistrado ingressou no Judiciário em 10 de dezembro de 1980. Foi corregedor-regional no biênio 2003-2005. A efetivação da aposentadoria do magistrado aguarda a assinatura do Presidente da República.

### Seminário de lançamento de obras jurídicas

Em 20 de março foi realizado seminário de lançamento das obras jurídicas "Direito do Trabalho - Análise Crítica" e "Desemprego & Desproteção", na Biblioteca Central da PUCPR, em Curitiba. Dos livros, coordenados pelos advogados Roland Hasson e Marco Antônio César Villatore, consta artigo do juiz do Trabalho Luciano Augusto de Toledo Coelho e do advogado e professor Luiz Fernando Coelho, "O trabalho como categoria crítica".

### "Justiça do Trabalho Responde" em março

O quadro "Justiça do Trabalho Responde" na Rádio Clube B2 - AM (1.430 KHz) contou com a participação dos juizes Ana Paula Seffrin Saladini, Daniel José de Almeida e José Aparecido dos Santos, no mês de março. Veiculado às segundas-feiras no programa "Canal Aberto", apresentado por Algaci Túlio, às 9 horas, o quadro faz parte da grade de programação de "Os Repórteres", a partir das 16 horas. O "Justiça do Trabalho Responde" também é reprisado no Rádio Justiça (STF), aos sábados pela manhã. O quadro é resultado de uma parceria entre o TRT-PR, Amatra-IX e a Rádio Clube e visa a esclarecer dúvidas trabalhistas da população, num trabalho de promoção da cidadania pelo Judiciário.

### TRT-PR recebe acadêmicos de Direito

Acadêmicos do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e das Faculdades Curitiba visitaram, em 17 e 24 de março, respectivamente, o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. As juízas Ana Carolina Zaina (foto ao alto) e Márcia Domingues, coordenadora e membro da Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR, respectivamente, falaram durante os encontros sobre a Justiça do Trabalho, expondo aspectos históricos, de estrutura e do funcionamento da Justiça do Trabalho no Brasil e no Paraná. Os alunos participantes receberam cartilhas sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho.



### Campanha de Páscoa do TRT

A Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR realiza, de 3 a 10 de abril, a "Campanha de Páscoa" da Justiça do Trabalho do Paraná. A creche AACC - Associação de Apoio a Crianças Carentes será beneficiada. A instituição atende a mais de 40 crianças. Para participar da campanha basta entregar ovos e/ou barras de chocolate, balas e outras guloseimas na Seção Psicossocial (Av. Vicente Machado, 400 - 5º andar do Anexo Administrativo). Outras informações: (41) 3310-7078.

## AGENDA

- **Brasília - DF** – O Instituto Brasileiro de Direito Processual promoverá, entre os dias 3 e 5 de abril, o seminário Novas Reformas do Processo Civil. Informações [www.direitoprocessual.org.br](http://www.direitoprocessual.org.br).
- **São Luiz - MA** – Acontecerá, entre os dias 18 e 20 de abril, o I Congresso Brasileiro de Advocacia Ambiental. Informações (98) 3246-4530.
- **Maceió - AL** – 13º Conamat (Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho). O encontro, que terá como tema central "Magistratura e transformação social - trinta anos de luta", acontecerá entre os dias 3 e 6 de maio. Contatos pelo e-mail [conamat2006@mepeventos.com.br](mailto:conamat2006@mepeventos.com.br).
- **Curso de especialização lato sensu à distância em Gestão Pública Judiciária** – Inscrições até 10 de abril pelo site [www.anajustra.org.br/pead](http://www.anajustra.org.br/pead). As aulas têm início em 19 de abril. Informações: (61) 3322-6864.



## Preparo técnico e sólida formação humanista

**N**ey José de Freitas bacharelou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em 1980. Tornou-se especialista em Direito Público pela PUC-SP em 1981, mestre em Direito pela PUCPR em 2000 e doutor em Direito pela UFPR em 2003. Iniciou o magistério superior em 1981, aprovado em 1º lugar em concurso público para reger a cadeira de Direito Administrativo na PUCPR. Em 1982, lecionou Direito Administrativo na Faculdade de Direito de Curitiba. Ao mesmo tempo, exerceu a advocacia, na condição de consultor jurídico da Federação do Comércio Varejista e sindicatos filiados, Senac e Secretaria de Estado da Administração do Estado do Paraná. Ingressou na magistratura do trabalho em 1988, tendo sido classificado em 1º lugar no concurso público correspondente. Promovido por merecimento, exerceu o cargo de juiz presidente da então denominada Junta de Conciliação e Julgamento de Pato Branco. Posteriormente, por remoção desempenhou a função na JCJ de União da Vitória e depois nas 4ª e 17ª JCJs de Curitiba. Em 1996, igualmente, por merecimento, foi promovido ao cargo de juiz do Tribunal. Integra, na atualidade, o Órgão Especial, a Seção Especializada (é seu presidente para o biênio 2006/2007) e a 2ª Turma. Estreou na literatura em 1994, com o livro de poesias "O Canto do sabiá e outros poemas", Editora JM. Ainda, no campo da literatura publicou em 2003 outra obra na área de poesia a que chamou "Pedacinhos de Vida", edição do próprio autor. No campo do direito tem diversas publicações: "Registro sindical no Brasil", JM 1997, em co-autoria com o juiz Luiz Eduardo Gunther; "Dispensa de empregado público e o princípio da motivação", Juruá, 2002 e "A inexistência de citação e os embargos do devedor no processo do trabalho – Estudos em homenagem ao ministro João Oreste Dalazen", LTR, 2002. Encontra-se no prelo outra publicação que reproduz, em linhas gerais, sua tese de doutoramento, com o título "Presunção de validade do ato administrativo e a questão do ônus da prova". Em 1998 recebeu do TST a Ordem do Mérito Judiciário no grau de Comendador e em 2005 a distinção honorífica Mérito Fernando Amaro, em literatura, concedida pela Câmara Municipal de Curitiba. Membro efetivo do Centro de Letras do Paraná e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. É diretor da Escola de Administração Judiciária do TRT-PR para o biênio 2006/2007. Exerce, ainda, a função de professor nos cursos de especialização em Direito das Faculdades Curitiba, Unibrasil, *Mater Dei* de Pato Branco e Universidade Estadual de Ponta Grossa, bem como no curso de preparação para o ingresso na magistratura da Ematra-PR.

### Qual é a proposta da Escola de Administração Judiciária do TRT-PR?

A proposta da Escola de Administração Judiciária sustenta-se em três linhas de atuação. Em primeiro lugar, a finalidade da EAJ reside na preparação inicial e permanente de juízes. Todos sabem, mas, é salutar repetir: as escolas de direito formam cidadãos para o exercício da atividade jurídica, todavia, não preparam para o exercício da função de julgar. Em virtude desta deficiência em sua formação acadêmica, não é justo que o juiz aprenda o ofício judicante à custa do cidadão. É preciso, portanto, uma escola que forneça uma preparação específica, para que o juiz possa prestar uma jurisdição adequada, que atenda às demandas da sociedade de acordo com o que o novo tempo exige. Para isto é preciso que o juiz, além de preparo técnico, também receba uma sólida formação humanista. Creio, com toda a convicção, que esta formação somente é possível no seio das escolas judiciais. A segunda linha de atuação consiste na formação e no aprimoramento profissional contínuo dos servidores do TRT-PR. Portanto, as duas primeiras linhas de atuação da Escola de Administração Judiciária destinam-se a atender as necessidades desta Justiça Especializada, no exercício de sua função preponderante, qual seja, a da prestação da atividade jurisdicional. A preparação de magistrados e servidores para o exercício da função de natureza administrativa será a terceira linha de atuação da EAJ.

### Por que a Escola decidiu estender sua atuação aos servidores?

Como afirmei anteriormente, a Escola de Administração Judiciária possui como finalidade principal a formação inicial e

permanente de magistrados. Este é o foco sobre o qual devem incidir, fundamentalmente, todos os nossos esforços. Todavia, é conveniente lembrar que não é possível prestar jurisdição de modo adequado sem um corpo funcional preparado, motivado e consciente da importância do serviço público na área do Poder Judiciário. Por estes motivos, a EAJ, embora mantenha o seu foco na figura do juiz, derrama, também, sua atuação no que toca aos servidores do Tribunal. Em decorrência desse fato toda a estrutura de treinamento de nossa Corte passa a ser de responsabilidade da Escola de Administração Judiciária.

### O aproveitamento nos cursos de juízes e servidores será levado em conta para efeito de vitaliciamento dos juízes e estágio probatório dos servidores?

A EAJ possui, por imperativo regulamentar, uma gama enorme de atribuições no que atine à preparação de juízes e servidores. Dentre outras atribuições que lhe são conferidas, insere-se na sua linha de competência, também, a atribuição de participar de vitaliciamento e estágio probatório. Nesse sentido, a intenção da escola é a realização de cursos, seminários, conferências, painéis e estágios com acompanhamento de orientadores, sendo que essas atividades serão levadas em conta, por meio de pontuação específica, para o efeito de estabilidade e vitaliciamento, respectivamente.

### Que resultados, na prática, o trabalho da Escola trará para a população que utiliza os serviços da Justiça do Trabalho?

Acredito que a formação e o aprimoramento profissional contínuo de magistrados e servidores proporcionará à população níveis mais elevados de eficiência em todas as atividades relativas à prestação

jurisdicional oferecida pela Justiça do Trabalho no Paraná. Como já mencionei, o magistrado dotado de sólido preparo técnico, aliado a uma abrangente formação humanista, estará mais apto a desempenhar suas funções e terá plenas condições de melhor contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do país. Além disso, a preparação de servidores e magistrados para o exercício da função de natureza administrativa também resultará na prestação de um serviço público mais eficiente. A eficiência a que me refiro provém do princípio incorporado pela Emenda Constitucional 19/1998 ao texto original do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, ao lado dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Note-se que para o setor público a eficiência está associada ao atendimento das demandas da sociedade, enquanto que o setor privado busca, basicamente, a lucratividade de seus empreendimentos. O princípio da eficiência traduz a idéia de responsabilidade no cumprimento dos deveres impostos a todo e qualquer administrador público. A partir do momento em que servidores e magistrados responsáveis pelo exercício da função administrativa, tiverem acesso às tecnologias e aos modernos instrumentos de gestão pública, surgirão, com maior destreza, novas soluções para antigos problemas de Administração Judiciária. Portanto, estou convencido de que a Escola de Administração Judiciária contribuirá, efetivamente, para a difusão do conhecimento e a criação de um rico debate de idéias que nos levarão a encontrar caminhos para a construção de uma Justiça Trabalhista mais democrática, célere e condizente com os anseios da sociedade moderna.

# Estatística da Justiça do Trabalho do Paraná em 2005

**C**onfira os dados estatísticos de movimentação processual na Justiça do Trabalho do Paraná durante o ano de 2005.

## TRIBUNAL

O TRT do Paraná recebeu, de janeiro a dezembro de 2005, 25.879 processos, número que contempla os feitos de sua competência originária e os recursos diversos (ordinários, agravos de petição e de instrumento) vindos das Varas do Trabalho de todo o estado.

No mesmo período, 30.523 processos haviam sido distribuídos aos juízes do TRT, os quais solucionaram, no período, 30.679. A quantidade excede o número de feitos distribuídos em razão do resíduo que havia em 31 de dezembro de 2004, quando 3.567 processos pendiam de solução.

A Seção Especializada julgou 7.084 dos 7.789 processos recebidos em 2005.

Em 2005 foram interpostos 8.151 recursos de revista ao Tribunal Superior do Trabalho, que se somaram aos 767 que pendiam de despacho de admissão. Ao longo do ano, foi analisada a admissão de 8.418 deles, sendo que 2.578 foram remetidos ao TST e os demais tiveram negada sua remessa. Ficou para apreciação em 2006 a remessa, ou não, de um saldo de 571 recursos de revista. Também em 2005 o TRT apreciou a admissão de 337 recursos ordinários ao TST. Destes, 331 foram admitidos, com a negação de remessa dos outros seis.

Contra despachos negando seguimento a recursos de revista ou ordinários, foram interpostos ao TST 4.933 agravos de instrumento, dos quais 4.839 foram encaminhados à instância superior.

## PRECATÓRIOS

Foram autuados no período 499 precatórios e restaram requisitados 468. Ao final do exercício, 1.267 estavam solucionados, dos quais 38 federais, 537 estaduais e 692 municipais. Quanto às obrigações de pequeno valor,

945 foram autuadas, encerrando-se o ano com um total de 830 solucionadas.

Para tanto, foram realizadas mais de 80 audiências com municípios e credores, conduzidas pela atual presidente do Tribunal, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva (à época vice-presidente), por delegação do então presidente, juiz Fernando Eizo Ono. Tais audiências resultaram no pagamento de mais de R\$ 27 milhões.

Foram seqüestrados ao longo de 2005 um total de R\$ 3.315.055,49, em 27 precatórios e 813 procedimentos obrigacionais de pequeno valor. 44 precatórios federais tiveram recursos financeiros requisitados para exercício orçamentário posterior, no importe de R\$ 14.064.549,46.

No total, o número de procedimentos solucionados alcançou 2.981 (considerando-se pagamentos, acordos, seqüestro de valores e obtenções de recursos para quitação em exercícios vindouros), movimentando R\$ 94.503.915,43.

## PRIMEIRO GRAU

As Varas do Trabalho do Paraná receberam no ano passado, na fase de conhecimento, 103.784 reclamatórias, que se somaram às 63.383 que constituíam o saldo remanescente de 2004. Ao longo de 2005, foram solucionadas 89.853 (71.103 no procedimento ordinário e 18.750 no sumaríssimo). O total solucionado, assim, correspondeu a 86,5% do montante recebido. As sentenças de mérito proferidas foram 36.261, das quais 31.065 no procedimento comum.

Depurando-se tais números consoante a localização, em Curitiba (20 Varas do Trabalho) foram recebidas 29.381 ações e solucionadas 28.405 (96,6% da demanda); no interior, as novas ações foram 74.403, com solução de 61.448 (82,5%).

Na fase de execução, o saldo que



*No início de 2006, os juízes do TRT-PR retomaram as sessões de julgamento*

remanescia de 2004 somava 106.469 processos. A estes se acrescentaram 71.098 procedimentos executórios, dos quais 41.775 referem-se a execuções iniciadas, 8.657 a autos desarquivados, 16.748 recebidos de outros órgãos da Justiça por conta da Emenda Constitucional 45 (que ampliou a competência desta Justiça Especializada), 3.101 referentes a penalidades administrativas impostas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, via Delegacia Regional, quatro alusivas a termos de ajuste firmados junto ao Ministério Público do Trabalho (pela Procuradoria Regional), 199 decorrentes de termos de conciliação (CCP) e 41 em função de certidões de crédito da própria Justiça do Trabalho, além de 573 títulos extrajudiciais diversos.

O total de soluções, na fase executória, alcançou 66.941 feitos, dos quais 37.067 encerrados, 13.983 remetidos a outros órgãos e 15.891 enviados ao arquivo provisório. O percentual de solucionados, assim, foi de 94,1%, restando para 2006 um saldo de 110.626 execuções em andamento.

Somando-se as fases cognitiva e de execução, os processos em curso ao final de 2005 eram 188.615 no primeiro grau de jurisdição, dos quais 122.919 nas Varas do interior e os demais 65.696 nas de Curitiba.

O índice de conciliação verificado no primeiro grau alcançou 43% nas unidades interioranas e situou-se em 39% na capital do estado.

## Aumenta índice de pagamento de precatórios no Paraná

**A**ções e procedimentos adotados pela presidência e vice-presidência do TRT/PR, nos últimos anos, resultaram em significativo aumento do índice de pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor, segundo informação do diretor da Secretaria de Precatórios, Vanderlei Crepaldi Peres.

Precatórios concernentes a dívidas da União e do Estado, tanto da administração direta quanto indireta, vêm sendo pagos regularmente, ocasionando uma redução no volume de processos pendentes, considerando-se a média entre aqueles solvidos e os que entram rotineiramente.

O Estado assumiu o compromisso de amortizar sua dívida em aproximadamente R\$ 3 milhões mensais. A partir de abril, findam-se os pagamentos relativos ao orçamento de 2001 e

iniciam-se aqueles referentes a 2002. Já no consoante à União, a previsão é de que também em abril sejam quitados todos os precatórios que estejam aptos ao pagamento.

Atualmente, o grande desafio do TRT é o pagamento dos precatórios municipais, considerando que a maior parte dos municípios devedores encontra-se em precária situação financeira. Dos 399 municípios do estado, 52% têm dívidas trabalhistas, num total de 1.973 precatórios, que somam R\$ 102 milhões. Neste ano, as tratativas de conciliação, que ficam a cargo da vice-presidência, já tiveram início.

Em 1995, 3.263 processos de precatórios tramitavam no 9º Regional. Esse número atingiu seu ápice em 1999, com quase 6.000 ações em andamento. A partir de então houve uma redução con-

siderável desses processos, que ao final de 2005 contavam 3.425, número quase equivalente ao de uma década atrás.

As obrigações de pequeno valor dos municípios (até 30 salários mínimos, para os que não tenham lei própria) e do Estado (até 40 salários mínimos), quando não pagas espontaneamente no prazo de 60 dias, estão sendo objeto de seqüestro. Aquelas da União (até 60 salários), que têm procedimento diferenciado, vêm sendo quitadas regularmente, através de repasses financeiros recebidos por intermédio do TST.

Atualmente tramitam na Secretaria de Precatórios 847 obrigações de pequeno valor, entre débitos federais, aguardando repasse de valores, e estaduais e municipais, para processamento dos pedidos de seqüestro.

## Ministro Dalazen abre atividades da EAJ com palestra sobre os impactos da Reforma do Judiciário na Justiça do Trabalho

**F**oram abertas oficialmente, na manhã de 18 de março, as atividades da Escola de Administração Judiciária do TRT do Paraná, com um ciclo de palestras do ministro do TST João Oreste Dalazen, que terá continuidade ainda neste semestre. A palestra inicial atraiu dezenas de magistrados, procuradores, servidores e advogados, que lotaram as dependências do auditório da EAJ.

O evento teve início com pronunciamento da presidente do Tribunal, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, que deu as boas-vindas às autoridades convidadas e saudou o evento como importante salto qualitativo para a formação e o aprimoramento dos quadros da 9ª Região. Em seguida, o diretor da Escola, juiz do TRT Ney José de Freitas, procedeu à apresentação formal do ministro Dalazen. Agradecendo a aceitação do convite pelo palestrante, o diretor lembrou a extensa carreira na magistratura trabalhista cumprida pelo ministro – hoje o único integrante daquele Tribunal Superior oriundo do Regional paranaense – bem como a reconhecida excelência intelectual, expressa na literatura jurídica, na atividade acadêmica e no âmbito do magistério superior.

A palestra teve por tema “Impactos da Reforma do Poder Judiciário na Justiça do Trabalho”. O ministro fez uma síntese dos reflexos da Emenda Constitucional 45 na instituição, a começar pela composição do TST e pela criação do Conselho Nacional da Justiça do Trabalho (CNJT). Relativamente a este, do qual é um dos membros, ressaltou seu caráter de órgão central do sistema judiciário trabalhista, assim entendido como “um todo finalisticamente determinado”. Lembrou que o Conselho tem procurado desempenhar bem seu papel de formulador de políticas e supervisor da legalidade dos atos administrativos, não podendo, contudo, ser confundido como um órgão consultivo ou

uma instância recursal, pois não lhe cabe analisar ou julgar interesse individual ou corporativo de magistrado ou de servidor. Citou, dentre as recentes matérias apreciadas pelo CNJT, a uniformização de procedimentos quanto à indenização de transporte aos oficiais de justiça, à adoção de tabela única para atualização de créditos trabalhistas (dirimindo dúvidas quanto à utilização de casas decimais) e ao valor do auxílio-alimentação, todos examinados de ofício em face da relevância das matérias e sem que tivesse sido o Conselho instado a tanto por servidor ou juiz específicos. Informou, também, estar em fase final de debates a transferência de juízes substitutos entre os quadros das Regiões da Justiça do Trabalho (hoje apenas a permuta é permitida).

Acerca da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, o ministro saudou sua criação como importante passo para aprimorar os profissionais da judicatura. Preconizou a adoção de modelos institucionais europeus, citando França, Portugal e Alemanha como exemplos de sistemas que impõem, como pressuposto à efetivação do magistrado, a frequência a curso de formação específico com duração de até três anos. Um passo adiante, pregou, será a unificação dos concursos públicos para o ingresso no degrau inicial (substituto) da carreira de juiz do trabalho, com sua nacionalização, seguida da obrigatoriedade de curso que contemple estágios em Varas e em Tribunal, para efeito de vitaliciamento.

Dalazen lamentou que o Congresso Nacional não esteja tão empenhado em atualizar a legislação adjetiva trabalhista, quanto está na votação de projetos-de-lei que

visam a acelerar o processamento dos litígios de natureza civil. Dirigindo-se aos advogados presentes, também pediu vênias para defender a vinculação das súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, como medida necessária à racionalização dos procedimentos e à eliminação de recursos desnecessários e protelatórios.

Grande parte da palestra foi dedicada ao aumento competencial da Justiça Trabalhista – o já consolidado e aquele que poderá advir de eventual aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 358, que tramita no Congresso Nacional, com ampliação de ainda maior envergadura da competência de Varas e Tribunais do Trabalho.

Por fim, expôs detida análise da Instrução Normativa 27, acentuando questões polêmicas como a da irrecorribilidade das decisões interlocutórias – para o palestrante, a impossibilidade da interposição de agravos de instrumento deveria manter-se adstrita ao processo do trabalho típico (relações de emprego). O palestrante defendeu que a aplicabilidade da norma processual deva reger-se pelo tipo de processo e não pelo juízo competente para julgá-lo.

Defendeu, ao final, a simplificação e a eliminação da burocracia como fundamentos a serem buscados, à exaustão, com vistas à eficiência na entrega do serviço jurisdicional.



*Mesa de abertura dos trabalhos da Escola: Manoel Antonio de Oliveira Franco (presidente da OAB-PR), Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães (procuradora-chefe da PRT-PR), ministro João Oreste Dalazen, juízes Wanda Santi Cardoso da Silva (presidente do TRT-PR), Ney José de Freitas (diretor da EAJ) e Morgana Richa (então presidente da Amatra-IX)*



*Platéia acompanha atenta a explanação do ministro João Oreste Dalazen*



*Ministro João Oreste Dalazen proferindo palestra de abertura das atividades da EAJ do TRT-PR*



*Juíza-presidente do TRT-PR, Wanda Santi Cardoso da Silva, durante a abertura dos trabalhos da Escola de Administração Judiciária*



*O diretor da EAJ, juiz Ney José de Freitas, fez a apresentação que antecedeu a palestra do ministro Dalazen*

# Vara do Trabalho de Cambé instalada em 10 de março

**A** presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, instalou no dia 10 março a Vara do Trabalho de Cambé. Estiveram presentes à solenidade juízes do Trabalho e diversas autoridades locais e regionais.

A unidade judiciária foi criada pela Lei 10.770/2003. Com a instalação da Vara de Cambé, o Tribunal do Trabalho do Paraná passou a contar com 76 unidades judiciárias de primeiro grau. A Vara de Cambé tem jurisdição sobre o município-sede e os de Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio e Sertãoópolis - todos sujeitos até então às seis Varas de Londrina. Com a nova unidade, a Justiça do Trabalho aproxima-se mais do jurisdicionado daquela região e a movimentação processual no Fórum da Justiça do Trabalho de Londrina ganhará mais agilidade. Isso porque cerca de 3 mil processos daquele Fórum foram encaminhados à Vara de Cambé.

A unidade passou a funcionar na Avenida da Esperança, 360, numa área de 539 m<sup>2</sup>, em terreno de 1.388,75 m<sup>2</sup>, doado pela Prefeitura Municipal. As obras na sede foram custeadas pelo Tribunal do Trabalho do Paraná, com recursos complementados por emenda à Lei Orçamentária de 2005, do deputado federal Luiz Carlos Haully, no valor de R\$ 200 mil.

## SOLENIDADE

A solenidade foi aberta com a execução dos Hinos Nacional e do Paraná. Em seguida, a Ordem dos Advogados do Brasil pronunciou-se pelo presidente da Subseção de Londrina, José Carlos da Rocha. Também em nome da OAB – Seção Paraná, que representou na cerimônia, o presidente enfatizou a atenção do TRT-PR para o interior do estado, verificando a necessidade de ampliação da Justiça do Trabalho na região Norte. “Sou testemunha do crescimento desta região. A Vara do Trabalho de Cambé chegou em boa hora”.

O prefeito de Cambé, Adelino Margonar, falou sobre as tratativas iniciais entre o TRT-PR e a Prefeitura, que culminaram com a instalação da unidade judiciária. Disse que o dia era de alegria para Cambé pela conquista da Vara. “Confesso que estou muito feliz por estar ao lado de todos inaugurando a Vara de Cambé”, finalizou.

Em seu pronunciamento, a juíza Wanda Santi Cardoso da Silva ressaltou a importância da instalação da Vara de Cambé. “A redução da distância também implica em aperfeiçoamento do serviço público para as partes e senhores advogados. Importante também salientar que a exigência de mais uma



*Autoridades presentes à solenidade de instalação da Vara de Cambé*

unidade da Justiça do Trabalho decorre do progresso econômico desta região do Paraná”. Segundo a magistrada, o grande desafio atribuído ao Poder Público é propiciar ao cidadão a efetividade dos direitos e garantias previstos na Constituição Federal. “A Justiça do Trabalho, com suas decisões, culmina por normatizar relações de trabalho e emprego, dá o norte que regerá as relações privadas futuras, assegurando ao trabalhador o resguardo da dignidade, efetivando o princípio fundamental do valor social do trabalho e da livre iniciativa”, expôs.

A seguir, o padre Amaury José Domingues, titular da Paróquia Santo Antônio de Cambé, ministrou bênção ao prédio, após o que os presentes puderam conhecer, em visita, as novas dependências. Ao final foi servido coquetel oferecido pela Prefeitura Municipal.



*Advogado José Carlos da Rocha, da OAB: “A Vara de Cambé chegou em boa hora”*



*Prefeito Adelino Margonar: “Este é um dia de alegria para Cambé”*



*Discurso da juíza Wanda ressaltou a importância da instalação da Vara de Cambé*



*O prefeito Adelino Margonar e o juiz Fernando Eizo Ono descerram a placa inaugural*

*A juíza-presidente Wanda da Silva e o presidente da Câmara Municipal de Cambé, vereador Osmarino Manzoni, procederam ao desenlace da fita inaugural*



# Instalada em Santo Antônio da Platina a 77ª Vara do Paraná

Foi instalada em 31 de março, pela presidente do TRT-PR, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, a Vara de Santo Antônio da Platina – 16ª das 25 novas autorizadas pela Lei 10.770 para o Paraná. O novo órgão – quinto da região do Norte Pioneiro – é o 77º de primeiro grau no estado.

Cerca de 1.200 processos que tramitavam em Jacarezinho e Cornélio Procópio foram transferidos à unidade platinense, cuja jurisdição abrange o município-sede e os de Carlópolis, Joaquim Távora, Quatiguá, Jundiá do Sul e Guapirama. A VT está localizada na Praça São Benedito, em prédio de 512 m², construído em terreno doado pela municipalidade. A edificação foi custeada com recursos do TRT, complementados por emenda de R\$ 200 mil à Lei Orçamentária, de autoria do deputado Abelardo Lupion.

## SOLENIDADE

O ato solene foi aberto com os Hinos Nacional e do Paraná. O primeiro a fazer uso da palavra foi o presidente da subseção local da OAB, Sebastião Garcia Neto. Falando em nome da seção do Paraná e da AATPR, disse consi-

derar a obra realização de sonho, plantado há 11 anos pelo então titular da VT de Jacarezinho, juiz Edmilson Antonio de Lima (hoje atuando em Maringá).

Logo após, o presidente da Câmara, vereador Paulo César Alcântara da Silva, rememorou o processo legislativo que resultou na aprovação do projeto que permitiu a cessão do terreno. Em seguida, pronunciou-se o prefeito José Ritti Filho, que centrou sua fala no empenho das autoridades da região junto ao Congresso para que a construção se efetivasse.

O titular da VT de Jacarezinho, juiz Daniel José de Almeida Pereira, em nome da Amatra-IX, destacou em seu pronunciamento a dupla vantagem que advém da nova Vara: a par de facilitar o acesso à Justiça, diminui o movimento processual da unidade preexistente. Quantificou o avanço, lembrando que 25% dos autos da Vara de Jacarezinho foram remetidos ao novo órgão.

Em nome do deputado Abelardo Lupion, falou seu coordenador de gabinete, João Naime Neto, que levou a saudação do parlamentar à comunidade, lembrando que a atuação no Congresso é pautada pelos interesses maiores da



*Juíza Wanda da Silva, presidente do TRT-PR, em pronunciamento*



*Convidados presentes à solenidade*

coletividade. O deputado Francisco “Chico da Princesa” Beckert teceu um histórico da tramitação de projetos do interesse da região, que vêm resultando em benefícios aos cidadãos.

A presidente do Tribunal, juíza Wanda da Silva, trouxe à lembrança que todas as tratativas tiveram curso na gestão de seu antecessor, juiz Fernando Ono. Após recordar os juízes que atuaram nas Varas do Norte Velho, fez menção à memória de Ana Mansur Ghisi, falecida quando era titular da VT de Jacarezinho. Ao final, considerou a instalação como fruto de esforços conjuntos dos três Poderes, nas diversas esferas da Administração.

Após a bênção às instalações pelo vigário Vanderlei Sanches, os presentes conheceram as instalações e foi servido coquetel oferecido pela Prefeitura.



*Pronunciamento do presidente da OAB, Sebastião Garcia Neto*



*Discurso da Câmara Municipal, Paulo Alcântara da Silva*



*Prefeito Municipal, José Ritti Filho, em seu discurso*



*Fala do juiz Daniel José de Almeida Pereira, pela Amatra*



*João Naime Neto, falando em nome do deputado Lupion*

*Juíza Wanda recebe placa de homenagem da Ordem dos Advogados*



*Desenlace da fita - vereador Paulo da Silva, deputado Chico da Princesa e João Naime Neto*



*Discurso do deputado Chico da Princesa*

*OAB presta homenagem ao juiz Edmilson de Lima*



*Descerramento de placa pela juíza Wanda Silva e pelo prefeito José Ritti*

# Nova diretoria da Amatra-IX toma posse

Foi empossada, na noite de 24 de março, a nova diretoria da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região (Paraná) para o biênio 2006/2008. O evento, seguido de jantar comemorativo, aconteceu no Castelo do Batel, em Curitiba.

Na presidência da entidade, até então ocupada pela juíza Morgana de Almeida Richa assumiu o magistrado José Mário Kohler, Morgana Richa é vice-presidente da AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros.

## A DIRETORIA

Os demais integrantes da diretoria da Amatra-IX são os juízes Bráulio Gabriel Gusmão (vice-presidente), Ana Maria São João Moura (diretora administrativa), Patrícia de Matos Lemos (diretora financeira), Liane Maria David (diretora de prerrogativas e reivindicações), José Aparecido dos Santos (diretor cultural), Ana Carolina Zaina (diretora de relações externas e imprensa), Ana Cláudia Ribas (diretora social e de esportes), Carlos Augusto Penteado Conte (diretor de informática) e Márcio Dionísio Gapski (diretor de assistência social). O conselho fiscal terá por titulares os juízes Suely Filippetto, Armando Luiz Zilli e Érica Yumi Okimura e como suplente o magistrado Fernando Hoffmann.

Na Escola da Magistratura do Trabalho - Ematra tomaram posse os juízes José Aparecido dos Santos (diretor), Marlene Teresinha Fuverki Sugumatsu (representante dos juízes do TRT), Silvana Souza Neto Mandalozzo (representante dos juízes titulares de Vara) e Nancy Mahra de Medeiros Nicolas Oliveira (representante dos juízes substitutos).

No Conselho de Representantes da Amatra assumiram os magistrados Marco Antonio Vianna Mansur (TRT), Sandra Mara Flügel Assad e a substituta Gabriela Macedo

Outeiro - todos da 1ª Sub-região; Luciane Rosenau e o suplente Lourival Barão Marques Filho, da 2ª Sub-região; Valéria Rodrigues Franco da Rocha e o suplente Marcus Aurélio Lopes, da 3ª Sub-região; Mauro Vasni Paroski e a suplente Patrícia Benetti Cravo, da 4ª Sub-região; Cássio Colombo Filho e a suplente Giana Malucelli Tozetto, da 5ª Sub-região; Ilse Marcelina Bernardi Lora, da 6ª Sub-região e Paulo Afonso Miranda Conti, representando os aposentados e tendo por suplente Flávia Angélica Bello do Amaral.

## O PRESIDENTE

O juiz José Mário Kohler, nas duas últimas gestões, ocupou as diretorias financeira e administrativa da entidade. Natural de Guarapuava (PR), o magistrado bacharelou-se em Direito em 1981, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ingressou na magistratura trabalhista em 1995, tendo atuado como juiz substituto em unidades judiciárias de Araucária, Curitiba e Toledo. Atualmente, é juiz titular da 1ª Vara do Trabalho de Paranaguá.

## SOLENIDADE

A juíza Morgana fez uso da palavra para fazer um balanço dos dois períodos bienais em que esteve à frente da entidade (2002/2004 e 2004/2006) e agradecer o elevado grau de participação dos associados na gestão que findava. Teceu referências elogiosas aos colaboradores mais estreitos ao longo do quadriênio, quer na diretoria, quer nos conselhos de representantes e fiscal. Enalteceu o relacionamento mantido com o TRT, cujas administrações foram parceiras nos anseios institucionais da magistratura. Fez especial referência à interação com as



*Mesa de Honra da solenidade de posse da nova diretoria da Amatra-IX*

entidades nacionais (Anamatra e AMB), cuja presença à solenidade por seus respectivos presidentes considerou sintomática do comprometimento com as associações-membro no Paraná, inclusive Amapar e Apajufe. Quanto à atuação legislativa, saudou a criação de novas Varas do Trabalho, a fixação de subsídios aos magistrados e a ampliação do quadro funcional da 9ª Região. Dirigiu agradecimento a funcionários da Amatra (administrativos e de imprensa), a servidores do TRT e a colaboradores externos. Ao final, lembrou do apoio recebido no seio familiar e manifestou votos de sucesso à nova diretoria da Amatra.

O presidente eleito, José Mário Kohler, dirigiu-se aos presentes afirmando que prosseguirá a luta pelas prerrogativas da magistratura, em especial sua independência no exercício da atividade e resumiu assim a tônica que deverá imprimir na administração da entidade na gestão que iniciava: "Além da continuidade ao excelente trabalho já implementado pela equipe coordenada pela juíza Morgana de Almeida Richa, nos próximos dois anos daremos ênfase também a uma maior regionalização das atividades da Amatra-IX, voltadas aos juízes do interior do estado".



*Em seu discurso, juíza Morgana Richa fez balanço dos quatro anos à frente da Amatra-IX*



*Juíz José Mário Kohler ao assinar termo de posse na Presidência da Amatra-IX*



**Entrega de homenagens da Amatra-IX:**  
juíza Morgana Richa ao ex-presidente do TRT-PR Fernando Ono, juíza Eneida Cornel ao ministro Paulo Bernardo e juíza Sandra Ressel ao ex-presidente do TRT-PR Lauremi Camaroski



*Juízes José Kohler, Morgana Richa e Lisiane Sanson Bordin*

## Juízes do TRT falam em Encontro Internacional do Trabalho do Mercosul



Juízes do TRT-PR Rosalie Michaela Bacila Batista e Luiz Eduardo Gunther, durante suas palestras

Os juízes do TRT-PR Rosalie Michaela Bacila Batista e Luiz Eduardo Gunther, vice-presidente e corregedor regional, respectivamente, proferiram palestras em Guaratuba, durante o "I Encontro Internacional do Trabalho do Mercosul". Delegações da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai estiveram presentes no evento.

No dia 29 de março, a vice-presidente fez a conferência de abertura do evento. A magistrada falou sobre Direito do Trabalho enfocando temas como duração da jornada de trabalho, remuneração, flexibilização, banco de horas, direito a férias, trabalho do menor e trabalho aos domingos.

A palestra do corregedor, no dia 30, foi sobre Justiça do Trabalho. Na oportunidade o juiz abordou diversos assuntos, tais como Comissão de Conciliação Prévia, Vara do Trabalho, TRT, TST e a Emenda Constitucional 45/2004.

## Julgamento com oito juízes reflete esforço conjunto



A sessão de julgamento da Primeira Turma viu a rotina de suas terças-feiras (dias de sessões semanais) alterada em 7 de março. Em vez dos cinco integrantes da Turma: juízes Ubirajara Carlos Mendes - presidente da Turma; Tobias de Macedo Filho (em férias); Fernando Eizo Ono, em férias e substituído pela juíza Odete Grasselli; Janete do Amarante - convocada do primeiro grau na vaga do juiz Roberto Dala Barba - falecido - e Benedito Xavier da Silva, estiveram presentes também nos julgamentos, os juízes de primeiro grau vinculados aos processos em face da convocação que ocorreu de julho a dezembro de 2005 (juízes Cláudia Cristina Pereira Pinto de Almeida; Sérgio Guimarães Sampaio e Odete Grasselli). Presentes ainda a juíza vice-presidente, Rosalie Michaela Bacila Batista, ante a vinculação aos processos como ex-integrante da primeira Turma e o juiz de primeiro grau Francisco Roberto Ermel, vinculado aos processos decorrentes de sua convocação anterior na vaga do juiz falecido Roberto Dala Barba. Representando o Ministério Público do Trabalho, o Procurador Regional do Trabalho Itacir Luchtemberg.

Considerando os 360 processos na pauta de julgamento e a inscrição de advogados para 66 sustentações orais, foi necessária a utilização do "Plenário Pedro Ribeiro Tavares". "Está claro com esta sessão o esforço conjunto dos juízes que compõem o Tribunal em sua meta prioritária - a celeridade nos julgamentos dos processos", enfatizou o presidente da Primeira Turma, juiz Ubirajara Carlos Mendes.

## Informatizando

### Secretaria de Informática do TRT-PR

## Novidades das versões 2.0 do CTA

A Secretaria de Informática comunica aos usuários do Sistema CTA (Controle de Tramitação Administrativa) as novidades disponibilizadas através das novas versões. O referido sistema é destinado ao controle do trâmite de documentos e requerimentos afetos à área administrativa do Tribunal, e, em breve, deve ser regulamentada sua utilização e seu acesso deverá se expandir em todo o estado. Assim, todas as unidades administrativas e judiciárias poderão utilizar o sistema para composição eletrônica de documentos administrativos, inclusive pedidos de férias e outros requerimentos pessoais de servidores e magistrados.

A seguir, roteiro das versões liberadas recentemente com as principais inovações:

### NOVIDADES GERAIS

Reabertura de documento enquanto não sair da secretaria - Enquanto um documento não sair da secretaria de onde foi criado, o diretor do local de onde o documento foi criado poderá reabrir -lo.

Facilidade da escolha de LOCAIS e TIPOS de documento/processo - Em todas as telas, onde existam campos para escolha de tipo de documento, tipo de

processo ou local (unidade), pode-se digitar a SIGLA (caso exista) + [ENTER], pesquisar pela lista teclando F9 dentro do campo de digitação da sigla e pesquisar pela lista clicando com o mouse no ícone à direita do campo (maneira já existente). Exemplos de siglas: - Tipos de documento: MEM (memorando), OF (ofício)... - Tipo de processo: PO (pregão), CD (compra direta), PR (processo) ... - Locais: SA, SI, SDSA, ALCC...

**Tramitação** - sugestões na tramitação do processo baseadas em trâmites anteriores, sugestão do novo local e sugestão da nova situação. Opção para marcar que os processos deverão retornar, sendo possível a extração de relatório de processos marcados para retorno e que ainda não retornaram

**Performance do sistema** - Otimização das consultas e redução do número de processos por página. Reduzido de 50 para 20. Isto implica em ganho significativo na listagem de processos, especialmente para as máquinas mais lentas.

### CRIAÇÃO DO PROCESSO

Para criar um processo deve-se acessar o link *Novo Processo* no menu principal (abas).

Foi disponibilizada uma lista dos documentos (por local) / requerimentos mais comuns para facilitar a seleção (SUGESTÃO).

Foram criados dois botões para escolha rápida do Interessado no caso do interessado ser o próprio usuário ou o seu local.

É possível escolher mais de um interessado para o processo. Para isso, no passo 1 da criação do processo, na região "Outro(s) Interessado(s)", clique no botão ALTERAR para adicionar outros interessados ao processo.

É possível informar o NÚMERO, ANO e a ORIGEM do documento, não sendo mais necessário entrar no processo e abrir o documento para alterar o número gerado pelo sistema. No entanto, deixando esses campos em branco o sistema gerará uma numeração automática. Obs.: Os requerimentos continuam apenas com geração automática de numeração.

Para assuntos do tipo REQUERIMENTO, o campo Resumo é automaticamente preenchido com 'Requerimento', podendo ser alterado.

Após a confirmação da criação do processo, é aberta tela com os dados do processo recém-criado.

CONTINUA NA PRÓXIMA EDIÇÃO

# Vara do Trabalho de Irati implanta Sistema Alternativo de Solução de Conflitos Trabalhistas

Uma via rápida e eficaz para as conciliações na Justiça do Trabalho, é o que procura repetir com êxito o juiz Carlos Henrique de Oliveira Mendonça, titular da Vara do Trabalho de Irati (PR). “A alternativa conciliatória foi implantada em caráter experimental em março de 1999, com autorização do TRT da 9ª Região para funcionamento por três meses, na Vara do Trabalho de Marechal Cândido Rondon (PR). O enorme sucesso da idéia gerou a autorização definitiva que se seguiu por quase sete anos”, conta o juiz sobre o início do projeto quando era titular daquela Vara. “O percentual de conciliação fica na faixa de 80% a 87%”, revela entusiasmado.

O contato efetivo do juiz do trabalho com as partes, no caso, o empregado e o empregador, é o diferencial que ele cita como responsável maior pelo êxito na solução do conflito trabalhista. Descreve o funcionamento: “Todo trabalhador que tenha alguma reclamação ou dúvida, dirige-se ao local de atendimento e, sozinho e sem qualquer formalidade, apresenta sua queixa e seus argumentos, direta e pessoalmente ao juiz e seus auxiliares. Verificando a plausibilidade dos argumentos, reduzimos a termo a queixa e imediatamente o empregador é convidado, através de uma carta bem esclarecedora para, já na semana seguinte, comparecer, em hora marcada e sem obrigatoriedade de advogado, munido dos documentos que possuir. Neste dia, apresentamos ao empregador as queixas do reclamante, ouvimos suas razões e analisamos os documentos. Apresentamos um cálculo prévio que fazemos, com base na queixa inicial do reclamante, iniciamos os esforços para uma conciliação. Conversamos separadamente com o autor, depois com o empregador e assim, tantas vezes quantas forem necessárias”

Segundo o juiz, são mostradas às partes as enormes vantagens de se compor amistosamente a questão, ali mesmo, sem necessidade de qualquer patrocínio e sem qualquer um dos diversos custos que incidem sobre um



*Juiz Carlos Henrique Mendonça, titular da Vara de Irati, durante atendimento: rapidez na solução do problema*

processo judicial (deslocamentos variados à sede da Vara para audiências, cópias de inúmeros documentos, despesas com deslocamentos de testemunhas, etc). “Obtida a conciliação, automaticamente aquela queixa inicial é autuada, virando então um processo e ali mesmo, lavrada a ata de audiência (o juiz e as partes estão ali) formalizando a conciliação, com os efeitos normais da coisa julgada. Todas as condições gerais são estabelecidas na ata da audiência. Valor do acordo, forma de pagamento, anotação da CTPS, discriminação da natureza jurídica das parcelas pagas e também os prazos para cumprimento das obrigações fiscais e previdenciárias, além de várias peculiaridades que cada situação pode apresentar”, comenta.

Contudo, “a homologação da conciliação somente é feita quando paga ao autor a última parcela do acordo”, ressalta o magistrado com a cautela necessária. E para precaver-se diante do não pagamento de alguma parcela, frisa que já faz constar na ata de conciliação que, neste caso, “o autor estará desistindo do processo e o réu desde já concordando, sendo então extinto sem julgamento do mérito, podendo o reclamante, evidentemente, socorrer-se das vias normais do processo formal. A reclamada, por sua vez, poderá, naturalmente, abater os valores eventualmente já pagos”.

O magistrado destaca as vantagens de se adotar tal sistema alternativo na solução dos conflitos trabalhistas, como:

ampla possibilidade de acesso imediato e tranqüilo à Justiça a todas as pessoas, independente do valor a ser pleiteado; rapidez na solução do problema; tranqüilidade das partes ao se sentirem em ambiente mais informal, sem as solenidades e pressões de uma audiência; redução drástica dos processos formais; seleção dos problemas, orientação às pessoas e direcionamento das competências, reduzindo as chamadas ‘aventuras judiciais’, que tumultuam a pauta de audiências e tiram precioso tempo de toda a estrutura da Secretaria e do juiz da Vara do Trabalho. E acrescenta: “Deixamos muito claro ao trabalhador que ele está utilizando um sistema alternativo para resolver um litígio com rapidez mas, que a contratação de um advogado lhe permitirá pleitear outros direitos e receber, talvez, valores maiores. Também que, se a conciliação não for alcançada, poderá ele ajuizar normalmente a ação trabalhista cobrando o que entender devido”. Mas frisa: “O processo formal não é garantia de nenhuma proteção mais avançada. Milhares de acordos são fechados diariamente, em todas as Varas do país, com acompanhamento de advogados, em valores que são irrisórios perto do que se pleiteou na inicial. Na hora da audiência, acabam buscando apenas valores, sem preocupação quanto a esse ou aquele direito especificamente. O sistema alternativo é uma opção às partes e as conciliações são feitas unicamente pela vontade das mesmas”.

## CONVÊNIO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA EMPRÉSTIMO

INSTITUIÇÕES	CONTATOS	FONES
Banco Real ABN Amro Bank	Cynthia Adriana	(41) 3322-6111
Banco Alfa S/A	Mário Ribeiro da Silva	(41) 4501-3444 / 4501-3488
Banco BMG S/A	José Eustáquio dos Santos	(41) 3221-4421
Banco do Brasil S/A	Márcia V. Marcellino / Dolores Pilz	(41) 3310-7101
Banco Sudameris do Brasil S/A	Ademir de Souza	(41) 3352-8844
Caixa Econômica Federal	Rosana P. Ribeiro / Nereu Leineker	(41) 3310-7104
Paraná Banco	Paulo Sérgio Moro	(41) 3028-9849

## Qualidade de vida total no TRT-PR

Com o propósito maior de promover junto aos magistrados e servidores a melhoria da qualidade de vida tanto fora quanto dentro do trabalho, e como parte do “Programa Saúde ao Seu Alcance”, desenvolvido pelo Serviço de Benefícios Institucionais, da SRH, estão sendo implantados, neste ano, os projetos “Mapeamento do estado de saúde no TRT 9ª Região” e “Visitas da Área Psicossocial” concomitantes às atividades da Corregedoria Regional do Trabalho nas unidades judiciárias, experiências pioneiras no TRT 9ª Região.

Através de questionário a ser enviado a todos os integrantes do TRT 9ª, será possível conhecer o real estado de saúde do quadro funcional. Passo fundamental para a elaboração de atividades estratégicas voltadas ao controle e saneamento dos problemas detectados e principalmente ao planejamento e implementação de um eficiente programa de medicina preventiva.

Além do levantamento através de questionário, a Administração, em consonância com a Corregedoria, promoverá o projeto de visitas da Área Psicossocial paralelamente às atividades correicionais nas unidades judiciárias.

De acordo com o projeto, será aproveitado o fato de que a Corregedoria procede às correições ordinárias junto às unidades judiciárias. Nesta mesma ocasião, a Vara do Trabalho colocará-se à disposição de representante da Seção Psicossocial e de Qualidade de Vida. Com isso, há otimização do tempo despendido pelos componentes das unidades, com custo diminuído para o Tribunal, uma vez que ambas as equipes estarão viajando em um mesmo veículo e com pagamento de diárias para um único motorista.

Com esta prática será possível entender o apoio psicossocial a todas as unidades do 9º Regional e favorecer o desenvolvimento das relações interpessoais e funcionais. Tais visitas visam, ainda, a promover o levantamento de possíveis dificuldades e necessidades, além de informações que possam conduzir a intervenções para melhoria do clima organizacional, a fim de proporcionar o bem-estar e a motivação de seus integrantes. Pretende-se, assim, obter um melhor desempenho de suas atividades e maior satisfação no atendimento ao jurisdicionado, que é o propósito-fim da Justiça do Trabalho.

## Voluntariado

### Ação alivia dor das crianças do Erasto Gaertner

Chega o fim de semana. Enquanto a maioria de nós se distrai com um cinema, um passeio no parque ou uma descida ao litoral, a rotina da funcionária do Serviço Processual, Vânia Silvia Alcântara Foerster é bem diferente. Todos os sábados ela dedica parte do seu tempo a crianças portadoras de câncer do Hospital Erasto Gaertner. Lá ela promove brincadeiras, leva atrações, conversa e estimula os pais e as crianças doentes, usa seu conhecimento como engenheira agrônoma para cultivar uma horta e distribui ao setor de pediatria o material doado durante a semana por outras pessoas, com a ajuda de alguns colegas: “Aqui no Tribunal eu já tenho um pessoal que me ajuda há muito tempo”, disse.

Apesar de estar na estrada do voluntariado há bastante tempo - começou há cerca de vinte anos para pagar promessa pela cura de sua filha que nasceu doente - Vânia ainda se emociona com o serviço que presta no hospital, que envolve disposição de ajudar, emoção, fé, carinho e muito força espiritual, para aliviar o sofrimento de crianças gravemente doentes.

Ela diz que iniciou como voluntária para “angariar fundos”, mas que depois isso também acabou se transformando em uma doação física e espiritual, sendo convidada mais tarde para fazer parte da Rede Feminina de Combate ao Câncer. Mas teve medo: “fiquei um bom tempo sem ter coragem de frequentar” a pediatria pois “tem bastante sofrimento e eu achava que não estava preparada para isso”. Ela ainda lembra que na primeira vez ficou “bem abalada por vários dias”, mas depois de algumas visitas às crianças acabou se sentindo cada vez mais forte e preparada. “Vem uma força de Deus”, considera.

Mesmo assim, ela ainda tem momentos de fraqueza e às vezes “foge para chorar” durante essas visitas. A tática tem uma explicação: é preciso demonstrar força e fé diante do sofrimento das crianças e dos pais e trazer um pouco de descontração ao pesado ambiente hospitalar. “É preciso também dar esperança, não uma falsa expectativa, senão perdem a confiança em nós”, pois “não dá para prometer que o filho vai se curar. Não está na mão da gente, nem do médico”, conclui.

Também como professora do curso de Agronomia da PUCPR ela elaborou um projeto para manutenção dos canteiros da pediatria do hospital (limpeza, plantação, poda e cuidados com a horta) e assim conta com a participação dos seus alunos, que ao mesmo tempo que aprendem so-



Atividade com as crianças doentes do Hospital Erasto Gaertner, com a participação da servidora Vânia

bre agronomia colaboram com o hospital na distração das crianças.

Ela alerta no entanto que as pessoas que quiserem participar dessa ação voluntária devem estar prontas. Ao levar alguém para o hospital, entre outros procedimentos Vânia “prepara” o convidado para o que vai encontrar, afinal são crianças doentes e algumas com poucas chances de vida. Após essa iniciação ela aconselha que as pessoas evitem reparar nas chagas das crianças, tratem todas de maneira igual sem demonstrar preferências, evitem chorar durante as visitas e, no caso de adolescentes doentes e voluntários também jovens, dá um conselho especial: evitar um contato muito próximo para que não se desperte um sentimento apaixonado nos doentes, já bastante vulneráveis. Além disso tudo, frisa, o principal é não dar falsas esperanças aos pais, pois infelizmente muitas crianças acabam morrendo em decorrência da doença. Mas, o difícil é dar o primeiro passo no caminho do voluntariado: “A partir do momento que a pessoa vence essa primeira dificuldade, recebe-se muita coisa boa em troca”, garante.

Apesar de todas essas dificuldades, Vânia se considera feliz em proporcionar a essas crianças um pouco de alento no seu sofrimento, com shows, projetos e brincadeiras. “Elas ficam um bom tempo falando sobre isso”, conta. E há também o outro lado da moeda: a satisfação de ver a cura de uma dessas crianças. Vânia acredita que já encontrou, inclusive, um novo caminho após a aposentadoria: a dedicação integral ao serviço voluntário. “As duas coisas que mais gosto na vida são dançar e fazer trabalho voluntário”, finaliza. A segunda, as crianças com câncer do Hospital Erasto Gaertner certamente agradecem.

#### SERVIÇO

Informações sobre como ser voluntário no Hospital Erasto Gaertner ou colaborar com Vânia através dos telefones (41) 3310-7090 e 3252-5761.

#### EM TEMPO

Para completar matéria anterior da Coluna Voluntariado (edição 135 do Nona) cita-se que a Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, ao lado de outros órgãos e entidades, também contribui financeiramente com a Casa do Caminho.

Perfil

Silas Farias Dias

## Vida sem a arte ... quase impossível

“A música é a forma mais rica de manifestação dos sentimentos”. É assim que o servidor Silas Farias Dias define a arte musical que desenvolve tocando um instrumento. E foi tocando trompete que encontrou o seu melhor meio de expressão. E não só um meio de expressão, encontrou mais saúde. É ele quem conta: “Por ter de forçar os pulmões, sarei da bronquite”.

Aos nove anos de idade, já fazia parte da orquestra da sua igreja. No caso de Silas, nada impressionante para quem aos seis anos, conforme conta, já tinha definido que queria tocar trompete ou “pistão”, como também é conhecido esse instrumento musical.

E não adiantou o pai tentar persuadí-lo a aprender outro instrumento, a exemplo do clarinete que lhe deu. Ele repetia: “Quero tocar pistão!”. “Eu já havia ganhado também o trompete anteriormente do meu pai”, frisa Silas e completa: “É que eu era muito franzino, não tive condições de aprender, pois o trompete exige muito dos

pulmões”. Silas, portanto, é exemplo de muita determinação, sensibilidade e perspicácia, justamente as características que indica como sendo as mais necessárias em sua arte musical.

O estilo musical que toca é o gospel. “Sou evangélico. Aprendi a tocar por meio de cursos ministrados pela própria igreja em que toco, numa orquestra com mais de 100 músicos”, revela. E completa: “Quando toco, estou agradecendo a Deus pela vida”. Confessa que esse dom musical tem o poder de mexer com seus próprios sentimentos e lhe causou um direcionamento na vida: “Tenho um certo desapego pelas coisas materiais. Acho que a vida sem a arte é como um mar morto no centro do universo”, reflete.

Silas não hesita em incentivar que todos dêem vazão a seus talentos musicais e garante: “Vale muito a pena. Acho que as pessoas que exercem e cultivam a arte desfrutam a melhor disposição de espírito”.

E ele não pretende parar: “Tenho muita vontade de tocar violão. Quero começar a aprender assim que termi-



Silas com o trompete, instrumento que toca desde criança

nar a faculdade”, diz entusiasmado. Integrando o quadro funcional da Justiça do Trabalho paranaense desde agosto de 2005, no cargo de Técnico Judiciário, Silas foi lotado inicialmente na 1ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu, passando também pela 3ª Vara. Desde novembro está lotado na recém-instalada Vara do Trabalho de Nova Esperança, onde destaca estar muito satisfeito.

O colega é paranaense de Nova Olímpia, onde viveu até os 18 anos. Morou em Cianorte (PR) e atualmente reside em Maringá. Cursa no CESUMAR – Centro Universitário de Maringá o 5º ano do curso de Direito, já iniciando pós-graduação em Direito Tributário (2005/2007).

## Prata da Casa

### Enredada em panos de chita

Foi aberta, no dia 24 de março, a mostra “De contas a chitas – De chitas a contas”, do Projeto Prata da Casa do TRT-PR. Os trabalhos expostos são da servidora Rita Isabel Vaz.

Rita fincou pé em solo paranaense ainda criança, mas continua denunciando suas origens mineiras. A fascinação pelo trabalho artesanal, tão presente no habitante daquela região, nunca arrefeceu.

Tecer, bordar, costurar e crocheter são atividades que fazem parte de sua vida desde cedo, herança de uma longa geração de mulheres e homens hábeis em se expressar com as mãos.

Recentemente ela acrescentou

mais um feito ao seu já vasto currículo artístico: a confecção de pequenas bonecas de tecido, numa releitura daquelas existentes em Minas Gerais e no Nordeste. “A idéia inicial era recontar minha história familiar, fazendo uma reconstituição ilustrada e tridimensional da árvore genealógica até, pelo menos,

a geração de meus tataravós, mas as coisas tomaram outros rumos”, conta, com tranquilidade. É que os amigos viram seu trabalho, gostaram e se encarregaram de divulgá-lo informalmente.

Desde então já expôs suas bonecas na feira do Largo da Ordem, na escola de seus filhos e, em dezembro passado, foi a responsável pela decoração da árvore de Natal do receptivo do HSBC, no Palácio Avenida, coordenando a montagem de

2.500 bonequinhos no exíguo tempo de um mês.

E embora não tenha como objetivo primeiro auferir lucros dessa atividade, atendendo a pedidos, ela eventualmente comercializa seu produto, sob as mais diversas formas.

“Na verdade, crio ‘brinquedos’ decorativos. E como sou partidária da idéia de que o fundamental neste mundo são as relações que estabelecemos com os outros, se esses meus brinquedos passarem adiante, tanto melhor, porque brinquedo bom é brinquedo compartilhado. Agora, deixo que a vida se encarre-



Trabalhos que fazem parte da exposição do Projeto “Prata da Casa”



Rita Vaz concedendo entrevista à TV Educativa do Paraná

que de dizer se minhas ‘meninas de pano’ serão vendidas, doadas ou emprestadas. O importante é que elas circulem”, conclui.

Integrante do quadro funcional do Judiciário Trabalhista paranaense desde 1992, Rita, que é psicóloga por formação, ocupa o cargo de Técnico Judiciário e já trabalhou nas 10ª, 9ª e 14ª Varas do Trabalho. Atualmente compõe a equipe da 7ª Vara.

A exposição fica até o dia 26 de abril, no hall de entrada do Fórum de Primeiro Grau da Justiça do Trabalho em Curitiba (Rua Vicente Machado, 400).